O AUTISTA E O DESAFIO NA ALFABETIZAÇÃO

JULIANA VENANCIO DE PAULA

RESUMO:

Este artigo busca refletir e discutir a inclusão de crianças com deficiência no setor educacional e o potencial de alfabetização de pessoas com autismo, bem como a importância de práticas flexíveis e diferenciadas para o desenvolvimento e a aprendizagem. a atenção de especialistas. Essas crianças têm diferentes sugestões para a criação de materiais didáticos e alternativas para atingir o mesmo objetivo de alfabetização. Ao permitir a aprendizagem por meio da diversidade, entendemos que a inclusão é um direito e uma vantagem tanto para os alunos com dificuldades como para os que não têm dificuldades. No cotidiano escolar, é cada vez mais comum a inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagem nas aulas regulares. A alfabetização de crianças com autismo é um desafio ainda mais óbvio na vida escolar cotidiana. No entanto, este desafio pode ser superado. Porém, isso requer uma rede de apoio que inclua professores, famílias e uma equipe interdisciplinar.

Palavras-Chave: Alfabetização; Autista; Inclusão; Aprendizagem.

ABSTRACT:

This article seeks to reflect and discuss the inclusion of children with disabilities in the education sector and the literacy potential of people with autism, as well as the importance of flexible and differentiated practices for development and learning. the attention of experts. These children have different suggestions for the creation of teaching materials and alternatives to achieve the same literacy goal. By enabling learning through diversity, we understand that inclusion is a right and an advantage for both struggling and non-struggling learners. In everyday school life, it is increasingly common to include children with learning difficulties in regular classes. Literacy for children with autism is an even more obvious challenge in everyday school life. However, this challenge can be overcome. However, this requires a support network that includes teachers, families, and an interdisciplinary team.

Keywords: Literacy; Autistic; Inclusion; Learning.

INTRODUÇÃO

Muito se ouve falar sobre o autismo hoje em dia, mas ainda existem divergências e grandes dúvidas sobre o autismo. A doença foi descrita pela primeira vez pelo médico Leo Kanner, e o austríaco Hans Asperger também descreveu a doença em sua tese de doutorado, descrevendo crianças muito semelhantes às descritas por Kanner.

Apesar do grande número de pesquisas e investigações clínicas realizadas em diferentes disciplinas e abordagens, o autismo não pode ser considerado um transtorno claramente definido. Existe uma corrente teórica que descreve o autismo como mudanças comportamentais nos primeiros anos de vida (geralmente por volta dos três anos) caracterizadas por mudanças qualitativas na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, que não estão incluídas na definição. obstáculo.

Mas hoje há fortes evidências de que o autismo é uma doença orgânica e não genética. Sabe-se que o diagnóstico é realizado por especialistas com formação médica. O papel das escolas é fazer o que é reconhecido a nível educativo: ajudar os alunos com autismo a adquirirem competências para se integrarem e interagirem com outras crianças ditas “normais”.

Os familiares também desempenham um papel importante, pois são responsáveis pela atenção, cuidado e amor, devendo cuidar deles durante toda a vida. As crianças necessitam de várias horas para se sentirem amadas e para poderem demonstrar o que aprenderam. Como o nível de desenvolvimento da aprendizagem no autismo é geralmente lento e gradual, é responsabilidade do professor adaptar o sistema de comunicação a cada aluno.

Os professores têm a responsabilidade de prestar atenção especial e sensibilizar os alunos e outras pessoas com autismo para que compreenda quem é e como se comportam. Deve-se entender que o principal objetivo do trabalho com crianças com autismo é ensinar. Ensinar funcionalmente crianças autistas é a essência de um bom trabalho, e a persistência é uma grande aliada nesse objetivo.

O AUTISMO E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Abordar a questão da inclusão de alunos com autismo é extremamente difícil hoje. Isso ocorre porque inclusão significa colocar um aluno em uma situação diferente daquela em que se encontra, porque o aluno apresenta um comportamento estereotipado estranho e incomum (comportamento repetitivo) na sociedade. Torna-se algo diferente. Isso causa medo e desconfiança neles

em relação a você. O conceito de inclusão deve ser integrado nos projetos educativos das escolas. Essa atividade proposital se enquadra no cotidiano de professores e alunos e tende a produzir resultados de longo prazo. (Cavalcanti, 2006, p. 164).

As propostas sobre educação inclusiva (Convenção da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994) exigem que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências sensoriais, intelectuais, cognitivas ou deficiências comportamentais graves, sejam incluídos no ensino regular. Oportunidade de integração na educação. Sem diferença de idade, se possível. De acordo com esta proposta, as escolas devem se adaptar às necessidades desses alunos nas classes regulares.

A educação inclusiva deve, portanto, ser praticada em escolas inclusivas visando medidas que promovam a possibilidade de integração e práticas heterogêneas. Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, defendendo o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, deficiência global de desenvolvimento e alta capacidade nas escolas regulares (Brasil, 2008).

A Secretaria de Educação está empenhada em melhorar o sistema educacional com o objetivo de tornar as escolas espaços democráticos que acolham e garantam a permanência de todos os alunos, independentemente de razões sociais, culturais, étnicas, de gênero ou sociais. Desenhamos uma política de inclusão que exigia reestruturação. Deficiência e características individuais.

A Escola é um espaço de todos, em que os alunos constroem conhecimentos de acordo com as suas capacidades, expressam livremente as suas ideias, participam ativamente nas tarefas educativas, aceitam as diferenças e crescem como cidadãos. A inclusão escolar está livre de quaisquer condições que possam limitar o seu direito de participar ativamente neste processo de acordo com a sua capacidade, e que qualquer uma destas condições pode ser motivo de diferenciação e exclusão.

É claro que precisamos de escolas que incluam todos sem excluindo-os da educação. As escolas devem compreender as características das crianças e tomar as medidas físicas e curriculares necessárias. Educar continuamente especialistas e buscar novas informações. Procure um conselheiro para avaliar com precisão seu filho. Pessoas com autismo podem ter estilos e habilidades diferentes, por isso prepare programas que atendam a diferentes perfis. Lembre aos professores que as avaliações de aprendizagem ainda precisam ser ajustadas. Os educadores reconhecem que existem muitas definições diferentes de conhecimentos e habilidades sobre o autismo. Analise o ambiente e evite situações que afetem os alunos. Mude seu ambiente, se possível.

As escolas devem fornecer todo suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos envolvidos. A atividade física regular é essencial para a função motora. A inclusão não pode ser alcançada sem a presença de moderadores e é necessária orientação individualizada. Um tutor por aluno. A inclusão não exclui o apoio terapêutico.

A necessidade de desenvolver programas educacionais paralelamente à inclusão. As aulas inclusivas também exigem que os alunos participem em atividades em que tenham hipóteses de sucesso, especialmente atividades sociais. As escolas devem demonstrar sensibilidade às necessidades individuais e capacidade de planear com as famílias o que deve ser feito ou continuado em casa. Embora a Política Nacional de Educação Especial citada por Fróes (2007) não faça menção às necessidades do ambiente escolar, a referida política de educação especial deve ser prevista no ambiente escolar para que os alunos com deficiência possam desenvolver suas habilidades. disse que há necessidade de recursos adicionais. possibilidades escolares.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada pela Secretaria de Educação Especial (Seesp) em 2008, estabelece que o aluno com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, incapacidade de longo prazo, ocorrem em interação com uma variedade de barreiras que podem limitar a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (Brasil, 2008).

Comparando a definição de "aluno com deficiência" discutida acima com a definição de "deficiência" na Convenção da Guatemala (1999), ambas definem deficiência como uma deficiência física, sensorial ou física que impede ou limita um aluno de realizar certas atividades. Você pode ver que isso é explicado como uma limitação física ou mental. Uma pessoa que participa da sociedade ou da escola. O mesmo conceito também é descrito em dois outros documentos. A primeira é a Resolução nº 4 de 2009, que estabelece diretrizes operacionais para o apoio pedagógico especializado na educação básica. Isso porque, neste documento, "alunos com deficiência: alunos com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longa duração". (artigo 4.º, ponto I).

E em segundo lugar, o Decreto nº 3.2984, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, define deficiência como "uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que impede o desempenho de uma atividade dentro da faixa normal de "perda ou

anormalidade". "Estar pronto" é considerado normal para os humanos." Da mesma forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no seu Plano de Ação Global para Pessoas com Deficiência de 1997, definiu deficiência como "perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". (OMS, 1997 e Ferreira e Guimarães, 2003, p. 25).

As mudanças na prática educativa em relação às crianças com autismo foram possíveis por meio da problematização do próprio conceito de autismo por meio de uma abordagem interacionista do desenvolvimento e da aprendizagem. Esta problematização centra-se não na deficiência em si, mas no contexto social em que a deficiência é formada, mantida e reforçada nas pessoas autistas, essencialmente a incapacidade de falar, comunicar e interagir.

Embora esta mudança de perspectiva não tenha resolvido completamente o processo educativo nestas disciplinas, tem alertado académicos, pais, professores e profissionais em geral para alternativas no apoio educativo às pessoas com autismo. Basicamente, isso se concentra em uma rotina bem estabelecida. Em alguns casos, os professores ministraram o mesmo conteúdo em todas as aulas daquela semana. Por exemplo, a história do Chapeuzinho Vermelho foi contada a esses alunos em todas as turmas (Costa, 2007).

Em contraste com esta massa de conteúdos e rotinas, a educação de alunos com autismo requer conteúdos significativos que devem ser descobertos e incorporados nas interações professor-aluno, professor-aluno e aluno-aluno. Entendemos que isso inclui uma experiência de aprendizagem significativa. Nesse sentido, nossas opiniões sobre as crenças sobre pessoas autistas estão sendo questionadas. Afinal, será que essas pessoas realmente não se relacionam porque não querem ou porque não sabem? Até que ponto seus interesses são limitados pela falta de experiência significativa?

A Nota Técnica nº 24/2013 (Brasil, 2013) mostra que essas crianças estão interessadas na educação geral e especializações relacionadas. Orienta o sistema educacional a implementar a lei federal acima para que as crianças em atendimento educacional (AEE) recebam os mesmos cuidados que as demais crianças da educação especial. Outros serviços escolares precisam ser esclarecidos. AEE foi criada nos termos do Artigo 3. Definido no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 1 2 do Decreto nº 7.611/2011 como um conjunto de atividades, acessibilidades e recursos educacionais que são institucionalmente organizados e oferecidos em complemento ou em complemento à educação escolar. (...) A função deste serviço é identificar e remover obstáculos no processo de aprendizagem para alcançar a plena participação.

(...) O professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem (BRASIL, 2013, p. 5).

Considerando as características das crianças autistas apresentadas acima, o envolvimento dos profissionais nas escolas é essencial, uma vez que neste ambiente são frequentemente detectados casos de autismo. Seus alunos são aqueles que lideram o caminho, então você precisa aproveitar seu amor e charme únicos para orientar seu aprendizado.

O aluno aprende. O aluno com transtorno do espectro autista aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem escolar são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não imperativa; expressão imanente de nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2013, p. 17).

Segundo Vigotski (2007), existe uma ligação dinâmica muito complexa entre o processo de desenvolvimento e o processo de aprendizagem. Para os autores, o desenvolvimento dos sujeitos está ligado à aprendizagem, e a aprendizagem é essencial para promover o desenvolvimento, como se a aprendizagem orquestrasse o desenvolvimento posterior. Esta é a ênfase de Vygotsky na cultura, na experiência de vida do sujeito e na experiência em relações dialógicas.

Para a autora, o ambiente em que as crianças vivem e agem aparece como um lugar repleto de significados, ideologias, histórias e culturas, no qual é inadequado pensar nas crianças como seres futuros, como seres humanos que ainda não serão. . Assim, a aprendizagem no sentido humano do termo "[...] pressupõe uma certa natureza social e um processo pelo qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as rodeiam." (Vygotsky, 2007, p.). 100)

Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento, entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VIGOTSKI, 2007, p. 103).

Segundo Eugênio Cunha (2014), a abordagem mais utilizada entre os alunos com autismo é a abordagem comportamental devido à sua hegemonia, que modifica o comportamento por meio do condicionamento operante utilizando estimulação, reforço, extinção e expressões verbais. predominante. O trabalho do psicólogo americano Skinner (1904-1990) mostra que o comportamento observável é induzido por forças externas por meio de punição, reforço ou extinção. Os indivíduos agem em seu ambiente e, em última análise, o alteram. Como resultado, essas mudanças fornecem feedback ao sujeito e levam a mudanças nos padrões comportamentais do sujeito, levando ao aprendizado (Orrú, 2012).

Os primeiros estudos comportamentais com crianças autistas foram conduzidos em laboratório por Förster em 1961 e por Förster e De Meyer em 1961 e 1962. Os investigadores explicaram que os princípios de aprendizagem podem ser aplicados a estas crianças por meio de adaptações ambientais que levam a mudanças comportamentais (Orrú, 2012).

De acordo com a abordagem comportamental, as etapas para trabalhar com pessoas com autismo incluem avaliação comportamental, treinamento de repertório de apoio, linguagem e habilidades motoras perceptuais, treinamento de interação social, redução de estereotipia, ecolalia, e inclui melhor atenção. Como procedimento, os sujeitos são treinados realizando ações exploratórias e apropriadas de acordo com instruções fornecidas previamente. O tratamento do autismo envolve um processo estruturado de ensino-aprendizagem e diversas terapias relacionadas à saúde (Orrú, 2012).

Para algumas atividades, as crianças com dificuldades de aprendizagem, neste caso o autismo, terão certamente dificuldade em imaginar ou compreender qual é a tarefa devido à natureza da sua deficiência. No entanto, os educadores têm recursos e estratégias de apoio disponíveis para promover a compreensão dos alunos. A inclusão é uma vitória para todos, tanto para aqueles que lutam como para aqueles que não lutam. A diversidade na sala de aula pode ser uma importante experiência de aprendizagem de vida. Porque ao conviver com crianças que têm desafios, outros alunos percebem que são diferentes e que cada um tem uma forma diferente de aprender.

Por outro lado, a vida destas crianças em ambiente regular de sala de aula é muitas vezes influenciada pela imitação de gestos, linguagem, postura, abandono de certos estereótipos, condenação de ficarem sozinhas com os amigos, etc. de outros. Pertencem a pessoas com dificuldades, bem como a classes especiais. As interações entre famílias, escolas, terapeutas e médicos fazem parte da discussão sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com autismo. Os indivíduos podem superar dificuldades desde que equipas de especialistas possam aproveitar sinergias e partilha de informações para planear ações conjuntas.

A matrícula e inclusão de crianças com deficiência é uma política contida e garantida no texto da Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional, LDBEN, nº 9.394/96. Porém, muitas instituições argumentam que são necessários compromissos devido à falta de espaço físico e/ou falta de pessoal e profissional capacitado para atender esses alunos, dificultando o cumprimento da lei.

É verdade que não basta incluir e cumprir as disposições legais relativas às crianças. A necessidade não é apenas garantir espaço, mas também proporcjonar educação de qualidade aos alunos. É realizado por profissionais interessados e treinados na área de educação.

A inclusão é uma realidade que assusta muitos profissionais do setor educacional por diversos motivos. O estigma causa ansiedade e dificulta a interação com os alunos. Em última análise, existem muitos desafios a superar. As tendências atuais incluem tópicos relacionados com a inclusão que são abordados nos currículos de formação de professores para ajudar os formandos a olharem atentamente para cada aluno e a reconhecê-los como objetos potenciais com competências, emoções e valores. Cada criança tem uma personalidade única e necessidades que variam muito.

A prática docente envolve a identificação de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de recomendações para promover o sucesso da aprendizagem dos alunos. Lembre-se sempre de que cada pessoa é única e pode levar mais tempo para aprender. Além disso, Juhlin (2002) argumenta que as crianças com autismo aprendem, mas isso exige esforço dos educadores e é implementado diretamente por professores e alunos usando recursos visuais, imagens e ilustrações. , diz que a aprendizagem se torna mais produtiva. A compreensão torna mais fácil para os alunos estimular a linguagem. Como apontam C. Willians e B. Wright (2008), autores de Living with Autism and Asperger's Syndrome, todas as crianças com autismo progridem; há muitas coisas que você pode fazer para ajudá-las e às suas famílias.

Tratamento, incentivos para desenvolver habilidades sociais, incentivos linguísticos e de comunicação. É interessante que os autores enfatizem a importância de obter conhecimentos e informações diárias de pessoas próximas aos autistas. As pessoas devem obter financiamento para abordar esta questão, pesquisá-la e preparar-se para

ajudar estas crianças. Desenvolva estratégias de prevenção que permitam melhorias no comportamento geral, nas interações sociais e na aprendizagem.

À medida que a sociedade adquire novos valores e princípios, a importância da educação inclusiva é cada vez mais debatida. Como resultado, muitas políticas públicas foram desenvolvidas para promover a participação de crianças com deficiência na escola. Regularmente. Esta realidade deve-se às grandes mudanças ocorridas no domínio da educação escolar, evidenciando a importância da adaptação dos ambientes educativos às necessidades das crianças com deficiência. A escola, que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, enfrenta agora o desafio de proporcionar uma educação de qualidade e de desenvolver metas para gerir e superar os desafios enfrentados.

Segundo Rodriguez (2006), a exclusão provavelmente se deve a fatores culturais que levam as pessoas a acreditar que as diferenças são perigosas. Precisamos cuidar de pessoas que são diferentes em termos de identidade sexual, identidade socioeconómica, deficiência étnica, etc.

A ideia da sociedade sobre o que é diferente leva à exclusão, à segregação e ao ostracismo, o que leva à necessidade de identificar e criar programas de combate à exclusão, e produz o conceito oposto, a inclusão.

Klein (2010) argumenta que a palavra "inclusão" tem sido usada na educação como um termo técnico para descrever práticas que são mais justas, democráticas e dispostas a apoiar outras pessoas. O ato de inclusão vai além da inserção. Os indivíduos precisam fazer parte do todo, para que não sejam rotulados ou excluídos por apresentarem comportamentos ou características diferentes. Segundo Melo, Lira e Facion (2008, p. 65), educação que permite ensinar a diversidade de forma inclusiva:

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola quer construir e que indivíduo pretendeu formar. Podemos entender que para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos compreendam a singularidade de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e especialmente oferecer a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento. (MELO LIRA e FACION 2008, p.65).

De acordo com Lopez (2011, p. 16), professores, conselheiros, supervisores, administradores escolares, outros funcionários, famílias e alunos devem reconhecer esta singularidade de todos os alunos e as suas necessidades únicas. Este reconhecimento faz da escola um espaço em que o processo de ensino e aprendizagem está disponível e acessível a todos, permitindo que todos os membros da comunidade escolar comuniquem diferentes conhecimentos e culturas de diferentes formas, tornando a escola compreensível e inclusiva.

Desse ponto de vista, a inclusão das crianças autistas na sala de aula deve ser feita de forma consciente, e os grupos escolares devem garantir que o aluno deve ter um suporte educacional sólido para a inclusão neste contexto. O objetivo é superar as limitações das crianças com autismo. É importante ressaltar que embora seja importante incluir as crianças com deficiência no ensino regular, também é necessário criar oportunidades que lhes permitam permanecer na escola sem afetar o seu desenvolvimento. Nesse sentido, segundo Carvalho (2007, p.81 e Balbino, 2010, p.41), os princípios de uma escola inclusiva devem garantir que:

O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um "modo igual" de educar a todos e sim dar a cada o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (CARVALHO 2007, p.81 apud BALBINO, 2010, p.41).

Falar sobre a integração de crianças autistas em salas de aula regulares nem sempre é fácil. A complexidade das características exibidas durante a integração ao ambiente escolar pode gerar polêmica e amplo debate. Crianças com autismo podem apresentar comportamento agressivo com professores e colegas ao interagir com outras crianças, o que pode levar a conflitos. Porém, quando um professor inclui uma criança com autismo em sua turma, ele sente dificuldades no início do processo de inclusão porque a criança tem muita dificuldade de interagir e se comunicar. Nesse sentido, Felício (2007, p. 25): enfatiza que para a educação das pessoas com autismo é preciso também promover a integração social, e que a escola é sem dúvida o mais importante neste momento. É o primeiro passo para completar essa integração, que permite dominar conceitos importantes para o resto da vida. Quando falamos em incluir alunos autistas no ensino regular, automaticamente pensamos na dificuldade de envolvê-los no ambiente. As discussões sobre este tópico são baseadas nesta questão.

Esta inclusão requer boas estruturas educativas e profissionais capacitados para eliminar quaisquer diferenças que possam surgir no comportamento destas crianças. A

inclusão legal de crianças com autismo nas classes regulares garante que os alunos tenham direito à educação e que os pais sejam livres de decidir se matriculam os seus filhos nas escolas regulares.

Além das mudanças estruturais e metodológicas, as instituições de ensino devem primeiro promover o desenvolvimento e depois a aprendizagem, realizando mudanças coletivas que esclareçam a importância do envolvimento da família nas escolas e também priorizem o currículo. É necessário realizar práticas educativas. Projetado para atender às necessidades de crianças com autismo.

No caso de Paulo. Freitas. Pinho (2005 pp. 25-26): As escolas têm geralmente consciência da existência de legislação relativa à inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais no ambiente escolar e da obrigação de lhes garantir uma vaga. Embora a gestão respeite e garanta a aceitação desses alunos e apoie políticas de inclusão, a falta de apoios necessários, como a falta de uma definição mais estruturada de educação especial e de apoios, aponta alguns obstáculos.

No entanto, há também questões que precisam ser mudadas por meio da inclusão, tais como colegas e funcionários falando depreciativamente sobre crianças autistas devido à falta de educação. Com as mudanças sociais ocorridas na sociedade, os professores têm novas tarefas e devem estar preparados para lidar com as situações mais difíceis do dia a dia, incluindo a educação de crianças com autismo.

Quando nos referimos ao papel do professor neste artigo, pressupomos que se faz necessário uma intervenção mediatizada por parte deste, nesse sentido, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para ser um orientador, que estimula o desenvolvimento e a aprendizagem a com base em interações construídas no envolvimento de toda a turma. Podemos dizer que a mediação "é processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento" (OLIVEIRA, 1997, p.26).

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensino e aprendizagem; a mera inclusão não é suficiente; as escolas precisam de proporcionar um ensino de alta qualidade e os professores precisam de desenvolver métodos diversos e flexíveis para o fazer.

Para obter uma resposta positiva ao seu trabalho, essa engenhosidade deve estar presente independentemente da heterogeneidade dentro da sala de aula. Lopez (2011) acredita que o papel de mediador cabe ao professor, a quem ela chama de professor para apoiar a interpretação dos estímulos ambientais no processo de aprendizagem, chamar a atenção para seus aspectos importantes e dar sentido às informações transmitidas. é definido como alguém que fornece conhecimento e possibilita a aprendizagem.

A mesma aprendizagem de regras e princípios é aplicada a novas aprendizagens, tornando os estímulos ambientais relevantes e significativos e promovendo o desenvolvimento. Os professores têm um papel importante a desempenhar no seu envolvimento na inclusão de crianças autistas nas escolas regulares. Isso porque o professor acolhe a criança e é a primeira pessoa a ter contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, e por isso tem uma responsabilidade. Implementando ou não um processo de inclusão, é imperativo criar oportunidades de desenvolvimento para todos e adaptar a metodologia às diferentes necessidades de cada aluno.

Segundo Mousinho et al. Al. (2010) constataram que as crianças que apresentam dificuldades comportamentais e de socialização são geralmente vistas como excêntricas e estranhas pelos seus pares, tornando o papel dos professores mais difícil quando confrontados com o desafio de simultaneamente ensinar e envolver-se. Crianças com autismo têm dificuldade em compreender relacionamentos, regras e costumes sociais. Eles podem ser ingênuos e não compartilhar o bom senso. A sua rigidez torna difícil lidar com as mudanças, tornando-os mais vulneráveis e medrosos. Muitas vezes não gostam de contato físico. Se a situação for mal tratada, correm o risco de serem exploradas ou ridicularizadas por outras crianças. Porém, querem fazer parte da sociedade e ter amigos, mas não sabem fazer amigos.

Em muitas situações, as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem. É importante que o professor detecte as dificuldades existentes e investigue o nível de desenvolvimento dos mesmos, para que dessa forma ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados com a criança. Segundo Santos (2008, p.30):

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como

se comportam esses alunos autistas. (SANTOS 2008, p.30).

É indispensável que o professor conheça todas as características e dificuldades que abrangem esse transtorno, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências a criança não seja vítima de atos discriminatórios. Sobre isso Orrú (2003, p.1) diz,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (ORRU 2003, p.1).

Entendemos que para alcançar bons resultados nesse processo, os professores devem dominar os exercícios utilizados e ter um conhecimento abrangente do que é o autismo. Ser sensível e calmo é fundamental para aumentar a conscientização sobre o comportamento inclusivo na sala de aula e contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que toda criança tem um ritmo de aprendizagem e tem capacidade de aprender mesmo quando há dificuldades de aprendizagem. A importância da estimulação fica evidente tanto no ambiente escolar quanto em casa. As competências profissionais e o apoio terapêutico podem ajudar a fornecer apoio e orientação às escolas e às famílias.

A convivência de alunos com deficiência em escolas regulares é benéfica para todos, mas para que os professores possam responder às suas necessidades, os professores devem desenvolver uma forte compreensão das suas práticas educativas subsequentes por meio da interação entre teoria e prática uma fundamentação teórica Justiça para os estudantes. A possibilidade de aprender a ler e escrever representa conquista e inclusão social. A utilização de recursos adicionais para facilitar a compreensão desses alunos é uma ferramenta muito importante e essencial para as partes envolvidas no processo: professores, professores, etc., famílias e terapeutas.

Encontre as melhores maneiras de compartilhar informações e facilitar o aprendizado dos alunos. É importante que as crianças com autismo possam aceder e permanecer nas escolas regulares. Mas tornar as escolas inclusivas não é fácil. Garantir uma educação de qualidade com condições e oportunidades adequadas de desenvolvimento e aprendizagem exige que os governos, as escolas e as famílias trabalhem em conjunto. Não podemos falar de inclusão sem referência ao processo de ensino e aprendizagem, pois a inclusão visa proporcionar a todos os alunos condições iguais de desenvolvimento e aprendizagem. O papel do professor como facilitador da inclusão, uma oportunidade para este processo ao abordar e gerir conflitos de uma forma que deixe claro que as diferenças são características de todos os alunos, independentemente da deficiência.

Entendemos também que a falta de uma formação sólida e abrangente impacta negativamente as práticas pedagógicas dos professores, pois os professores precisam estar atualizados sobre novas informações sobre sua atuação profissional. Observamos também que, apesar dos desafios existentes, o processo de inclusão é plenamente possível com dedicação e comprometimento por parte dos professores, boa formação educacional e apoio das escolas e famílias.

REFERÊNCIAS

ARAUJO C.A. O processo de individualização no autismo. Ed. Cientificas São Paulo 2000.

BRASIL. (2008). Secretaria de Educação. Fundamentais Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, vl 10. Brasília.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.

FELICIO, V. C. O autismo e o professor: um saber que pode ajudar. Bauru, 2007.

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artmed, 1999.

JUHLIN, VERA. O desenvolvimento da leitura e escrita de crianças com necessidade especial. São José dos Campos. UNIVAP, 2002. Editora Shemá Produções – junho/ 2002. –

LOPEZ, J. C. A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicos. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MELLO, A. M. S. Rosde. Autismo: Guia Prático. Ed. 3ª. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE; 2004.

MELLO, ANA. M.R. Autismo: Guia Pratico 8º ed. Corde. São Paulo 2007.

MELO S. C. de LIRA, S. M. de; FACION, J. R.; Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R

(Org.). Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba: Ibipex, 2008.

MOUSINHO, Renata et. al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Rev. psicopedagoga. [online]. 2010, vol.27, n.82, pp. 92-108. ISSN 0103-8486.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

SCHWARTZMAN, J. SALOMAO. Autismo infantil. São Paulo, Memmon, 1995.

WILLIAMS, Chris e Wright, Barry. Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias Práticas para Pais e Profissionais, 2008 – São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.